

PROCURAÇÃO – OUTORGA DE PODER AO ADVOGADO

Processo: 1234/24.5T8LSB – Processo Especial de Despejo – Arrendamento Comercial

Autor/Requerente: Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.

Réu/Requerido: Sr. João da Silva

OUTORGANTE

Elemento	Dados
Denominação	Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.
NIF	514 321 987
Sede	Avenida da Liberdade, n.º 245, 5.º esquerdo, 1250-145 Lisboa
Representante Legal	Sr. Carlos Alberto Mendes, portador do Cartão de Cidadão n.º 12345678, residente em Rua de São Bento, n.º 12, 2.º Dtº, 1200-351 Lisboa

OUTORGADOS

Advogado	Número da Ordem dos Advogados	Endereço Profissional
Dr.ª Ana Martins	OA 12345	Rua da Prata, n.º 78, 3.º esq., 1100-424 Lisboa
Dr. Luís Pereira	OA 67890	Avenida da República, n.º 210, 1.º esq., 1050-157 Lisboa

Os outorgados são advogados inscritos na Ordem dos Advogados, com poderes de prática jurídica plena, estando habilitados a exercer a advocacia perante todos os tribunais da República.

PODERES

Os poderes conferidos ao(s) advogado(s) acima identificado(s) são os seguintes, nos termos do **Código de Processo Civil** (CPC) e do **Código Civil**, e incluem, mas não se limitam a:

Nº	Poder conferido
1	Representar o outorgante em juízo ou fora dele, em todas as fases do processo n.º 1234/24.5T8LSB, perante o Juiz de Direito da Vara Cível de Lisboa, bem como perante quaisquer tribunais superiores.
2	Interpor todas as peças processuais necessárias (petição inicial, contestação, reconvenção, impugnações, recursos, etc.).
3	Praticar atos de comunicação com o tribunal (pedido de vista, requerimentos de diligências, pedidos de citação, etc.).
4	Transigir, acordar, firmar compromissos e celebrar acordos, inclusive de pagamento ou parcelamento de rendas em dívida, com o réu ou com terceiros, nos termos do art. 794.º do CPC.

Nº	Poder conferido
5	Receber e dar quitação de valores, inclusive rendas em atraso, juros moratórios, indemnizações e reembolsos de despesas, bem como emitir recibos.
6	Requerer a prática de atos de execução (despejo, penhora, arresto, etc.) e acompanhar a sua efetivação.
7	Substituir o outorgante em todos os atos de gestão de bens, inclusive na assinatura de documentos de cessão ou alienação de direitos sobre o imóvel arrendado.
8	Assinar e requerer a expedição de certidões, documentos, e quaisquer outros atos necessários à boa tramitação do processo.
9	Renunciar a prazos, solicitar dilações ou suspensões de processos, e praticar todos os atos que se mostrem indispensáveis à defesa dos interesses do outorgante.
10	Exercer poderes de substabelecimento, total ou parcial, com reserva de iguais poderes, a outros advogados ou estagiários, se necessário.

DECLARAÇÃO DE IRREVOGABILIDADE

A presente procuração é **irrevogável** até ao termo definitivo do processo acima referido, nos termos do art. 28.º do CPC, salvo acordo escrito entre as partes ou decisão judicial em contrário.

LOCAL, DATA E ASSINATURA

Lisboa, **15 de março de 2024**.

Empresa de Arrendamento Comercial, Lda.
 (Outorgante)

 Carlos Alberto Mendes – Representante Legal
 Cartão de Cidadão nº 12345678

Testemunhas:

1. _____
 Nome: Maria Helena Costa
 Cartão de Cidadão nº 98765432

2. _____
 Nome: António Ribeiro Duarte
 Cartão de Cidadão nº 87654321

Reconhecida a firma perante o notário

Obs.: A presente procuração deverá ser apresentada ao tribunal acompanhado de cópia dos documentos de identificação do outorgante e dos outorgados, bem como dos respetivos números de inscrição na Ordem dos Advogados.